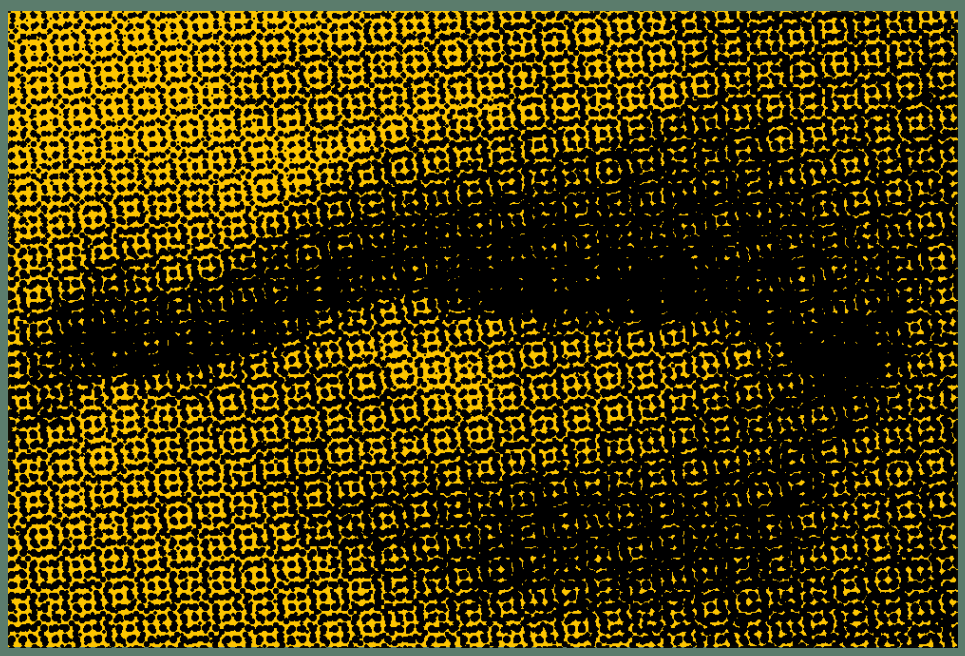
#53 SÉRIE II SETEMBRO 2022

anti—capitalista



(Re)tomar a palavra.

Capitalismo fóssil
P 3

Eleições no Brasil
PP 4-5

Tempos no tempo

Tinha razão, Ana Luísa Amaral: "E todavia os tempos coabitam".

Em 2013, ano em que aceitou encabeçar a lista do Bloco de Esquerda para a Assembleia Municipal do Porto, Ana Luísa Amaral fez incluir um dos seus poemas, até então inédito, no livro coletivo que nasceu da campanha "E se virássemos o Porto ao contrário?". O poema intitulado "Das mais belas memórias: ou de lumes" viria a ser integrado em Escuro, livro publicado pela autora no ano seguinte, mas foi uma campanha autárquica plena de entusiasmo, ousadia e rejuvenescimento que o trouxe a público pela primeira vez.

A brutalidade do presente, contrastada com a doçura de uma memória juvenil, imprimia no poema a ideia, tão desoladora como potencialmente redentora, de uma temporalidade que nunca é linear – e que, de certa forma, se desdobra pelo surgimento de uma poesia improvável em tempos de disputa eleitoral. A poesia irrompe no momento político, lembrando que nenhuma política se sonha integralmente sem ela. Quando nos propusemos "virar o Porto ao contrário" precisávamos dessa lição, que Ana Luísa Amaral sintetiza ao perguntar "Como fazer de tempo? Como fingir o tempo?".

São tantos os tempos que nos fazem quanto os que temos por fazer. Os tempos confrontam-se, visitam-se e contaminam-se. Perdemos recentemente Ana Luísa Amaral, que nos ensina e continuará a ensinar que "os tempos coabitam", que há uma "alegria recordada em frente do incêndio" e que a política que vale a pena não desiste de um estado de encantamento que possa enfrentar o negrume dos tempos e a evidência da perda.

Hoje, a coabitação dos tempos não está garantida, nem aparece sem luta. O tempo das maiorias é o tempo único das imposições, o tempo exclusivo da arrogância, das fórmulas impostas, da prepotência que não admite réplica. Olhar para o quotidiano de uma "maioria absoluta" que, mais cedo do que tarde, se instalou confortavelmente na posição de quem não presta satisfações corresponde precisamente a assistir (e eventualmente a resistir) à imposição da voz única, da política única... do tempo exclusivo e inegociável em que não se admite contestação e não se valoriza a alternativa. O enfraquecimento económico de quem trabalha, os números de uma inflação galopante, a deterioração do SNS ou da Escola Pública como facetas do recuo dos direitos sociais exprimem as dificuldades de um tempo imposto pela maioria absoluta do Partido Socialista.

Uma vez mais, recai sobre as pessoas mais fragilizadas o peso de uma política que insiste em não beliscar margens de lucro sem precedentes para as grandes empresas, enquanto, do lado do trabalho, o recuo do poder de compra e a perda de direitos manifestam uma realidade de desequilíbrio e de injustiça. Divulga-se o fecho de balcões da Caixa Geral de Depósitos, no mesmo lance em que se conhece o aumento do seu lucro; reconhecem-se ganhos para a Jerónimo Martins, para a EDP ou para a GALP, no mesmo instante em que se permanece numa lógica de empobrecimento e de decréscimo de expetativas do lado de quem trabalha. Por todo o lado, o retrocesso é mascarado como uma inevitabilidade do tempo, da circunstância e da situação.

Por isso mesmo, teimamos em não desistir de virar ao contrário o rumo das pretensas inevitabilidades, porque um tempo não se define a uma só voz, a uma só força ou num único momento. Desta vez em prosa, no contexto da mesma campanha, a poeta alertava para "ver e ouvir no avesso das coisas". Deste ensinamento fazemos uma teimosia, que é também um compromisso de não deserção para com as pessoas, as suas exigências, os seus anseios e, inevitavelmente, a sua memória.

Seguimos, pois, com a Ana Luísa Amaral, mas também com todos e todas que não nos deixam sozinhos no tempo da ausência de voz e de alternativa. Porque "todavia os tempos coabitam/ E o mesmo corredor dá-lhes espaço/ e lume".

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
Tempos no tempo
3 Debate
A crise energética e a radicalização do capitalismo fóssil
4 Eleições Brasil
Brasil: derrotar Bolsonaro, combater o bolsonarismo
6 Internacional
Qual foi o objetivo desta guerra de Gaza?
7 Bívora
A Praia Liberal
8 Leituras/ Streaming
"Trainwreck: Woodstock '99"
Os doentes do Doutor Garcia/
A mãe de Frankenstein

Dossiê | Inflação
Vicente Ferreira
Madalena Figueira
João Bernardo

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

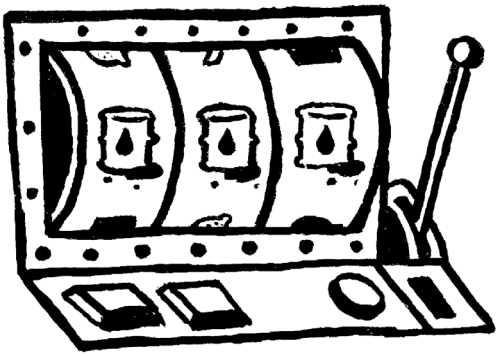
Design gráfico e paginação
José Torres

Participaram nesta edição
Adriano Campos
Alda Sousa
Andrea Peniche
Edo Konrad
Hugo Monteiro
João Alves
João Bernardo
José Miguel Ricardo
José Torres
Leonor Figueiredo
Madalena Figueira
Miguel Heleno
Patrícia Felício
Tatiana Moutinho
Vicente Ferreira

Depósito Legal
441931/18

A crise energética e a radicalização do capitalismo fóssil

texto de Miguel Heleno
ilustração de João Alves



O passo para o abismo

Com uma economia dependente da exportação de combustíveis fósseis, a Rússia ficou de fora das aspirações que o capitalismo verde tem para oferecer. Ainda que duvidemos da ordem mundial para produzir uma transição energética a tempo de salvar o planeta, as ânsias da oligarquia russa são bem diferentes: se os atuais planos de descarbonização se concretizarem, o extrativismo russo não será sustentável no mundo; se fracassarem, simplesmente não haverá mundo para sustentar o extrativismo russo. Como foi encurralada ou como se encurralou nesta redoma é um debate historicamente interessante, mas conta pouco para o futuro da Rússia. Para já, o problema de Vladimir Putin é o mesmo da Chevron, da Shell ou da BP. Sabem que o negócio não tem futuro, mas a máquina é grande demais para parar, e farão o que for preciso para aumentar vendas, disparar preços, e continuar a lucrar com os combustíveis fósseis.

A Rússia começou a limitar exportações de gás natural para a Europa já em 2021, quando fez subir os preços da eletricidade e os níveis de armazenamento de gás atingiram níveis mínimos. Como notou a Agência Internacional de Energia em janeiro deste ano, a Rússia estava a reduzir artificialmente o fornecimento de gás para inflacionar preços. Logo a seguir, a Rússia invadiu a Ucrânia, o ocidente impões sansões, os preços escalaram, Moscovo encheu os bolsos e a Europa ficou refém de uma crise energética.

Neste processo, a guerra não foi causa nem consequência da política energética russa. Foi só mais uma etapa do processo de resistência do capitalismo fóssil. Mais um passo para o abismo, porque, quem lucra com o fim do planeta, não tem outra alternativa.

O "gás da liberdade" engoliu o Green Deal

A Comissão Europeia saiu de Paris em 2015 com a retórica de campeã da transição energética. Esqueceu-se de um detalhe: a retórica não chega, é preciso uma estratégia coerente para a energia. Nos últimos anos, apregoou o Green Deal, as renováveis, o hidrogénio verde, a mobilidade elétrica, enquanto continuou presa aos combustíveis fósseis, através de projetos como o Nord Stream 2. O jogo duplo da UE, a tentativa de conciliar objetivos de descarbonização com os lóbis do gás, rebenta agora nas mãos dos europeus.

Ao receber menos gás russo a partir de 2021, a Europa passou a ser uma oportunidade para o Gás Natural Liquefeito (GNL) norte-americano, grande parte produzido através de fracking e altamente contestado por razões ambientais. Um mês antes da guerra começar, a UE já celebrava importações recorde de GNL dos Estados Unidos e recentemente passou a incluir o gás natural entre as energias limpas. Foi assim que, em pouco tempo, a política energética europeia deu uma cambalhota. Em 2020, o governo francês tinha recusado à Engie um megacontrato de importação de GNL norte-americano por se tratar de um gás poluente. Hoje, esse mesmo GNL, obtido por fracking, é considerado energia limpa na Europa.

Também aqui, a guerra é só mais uma etapa. Os lóbis do fracking americano, com uma tecnologia ineficiente, poluente e altamente subsidiada, esperavam uma oportunidade para escalar preços e lavar a imagem. Hoje, chamam-lhe o "gás da liberdade" que vai salvar a Europa. Por cá, assinam-se contratos de infraestrutura para receber mais GNL durante as próximas décadas. Faz-se negócio e engole-se a retórica vazia do Green Deal.

A radicalização do capitalismo fóssill

Que a luta por recursos energéticos movimenta interesses, gera tensões geopolíticas no seio da classe capitalista, leva à guerra e à fome, já o sabíamos do século XX. O que é verdadeiramente novo agora, no contexto da crise climática, é que parte do capitalismo fóssil, grande demais para se reconverter em verde, ficou encurralado, radicalizou-se e iniciou um confronto aberto. Putin e a sua política do gás assente na chantagem e na guerra, os lóbis do GNL que forçam a UE a engolir a retórica climática, ou os senhores do petróleo em Washington que acabam de distorcer a lei do clima de Biden, são a prova disso. Nunca o capitalismo fóssil foi tão agressivo, tão descarado, tão aberto nos seus objetivos. Em 2002, foi preciso inventar uma desculpa para saquear petróleo no Iraque. Hoje, a sabotagem da transição energética faz-se às claras em Bruxelas, Moscovo e Washington.

À esquerda interessa compreender esta radicalização do capitalismo fóssil, precisamente quando a crise climática se torna mais urgente. A luta será mais difícil do que nunca, mas é preciso fazê-la... A experiência europeia mostra-nos que, quer tentativas de conciliação de interesses, quer triunfalismos e retóricas vazias em matéria climática, estão condenados ao fracasso. Nesta nova fase da luta pelo clima, onde o confronto será total, só um movimento e uma estratégia energética consequentes derrotarão a barbárie.

Brasil: derrotar Bolsonaro, combater o bolsonarismo

texto de Adriano Campos
ilustração de João Alves

No derradeiro mês de uma longa campanha para derrotar Bolsonaro, a democracia brasileira vive um momento decisivo. Mesmo com a previsível derrota nas urnas, o bolsonarismo continuará, provavelmente sob formas mais perigosas e radicalizadas, jogando parte do seu futuro político nas eleições presidenciais de 2 de outubro. Sem certezas de uma vitória à primeira volta, Lula embala na campanha com uma aliança partidária complexa e com o otimismo de um regresso ao passado dos governos do PT.

Quatro anos no circo de horrores

Nepotismo, corrupção, guerra social, ataque à democracia, saque aos recursos públicos, negligência pandémica, crimes ambientais, racismo e intolerância, subserviência internacional, apologia da violência. Bolsonaro aliou a mais agressiva forma de trumpismo político à sua experiência miliciana para vindicar um projeto de destruição social, ultraliberal, desorganizado, violento, mas eficaz. Neste circo de horrores que foi o governo de Bolsonaro encontramos as piores expressões de opressão, abuso e devastação. Uma agenda ultraconservadora de perseguição às liberdades, a razia ambiental em favor do agronegócio, a desregulação do porte de armas como senha para a violência social. Uma aliança do mal fortemente representada no Congresso Nacional, com as conhecidas bancadas da "bíblia, do boi e da bala", às quais se juntaram significativos setores das forças armadas, da alta finança, grandes patrões da indústria e serviços, fanáticos representantes da extrema-direita, oportunos e organizados emissários do sionismo e do imperialismo norte-americano.

Os resultados são conhecidos. Desde de 2019, 10 milhões de pessoas caíram na pobreza, fazendo subir para 29,6% a população que vive com menos de 100 euros por mês, enquanto 1% da população concentra 49% da riqueza do país. Mais

de 600 mil brasileiros infetados pela Covid-19 perderam a vida, desprovidos de leitos de cuidados intensivos e de vacinas a tempo e horas. Nos últimos quatro anos, a área desflorestada na Amazónia superou os 33 mil quilómetros quadrados (equivalente ao Alentejo), enquanto se multiplicaram os assassinatos de indígenas e ativistas ambientais na região. O Brasil vive uma crise de segurança pública, com perto de 50 mil homicídios registados anualmente, 700 mil presos, 140 crimes de ódio que tiraram a vida de pessoas trans (2021), e com a polícia que mais mata e que mais morre no mundo. Em meio à tragédia, o governo Bolsonaro avançou com uma agressiva política de austeridade, ataque aos direitos laborais e avanço das privatizações, enquanto, no plano internacional, o país selava pactos com Israel de Netanyahu e adotava uma servil posição de submissão à agenda Trump para o continente.

Mais do que uma caricatura ou aberração fascista, o bolsonarismo é um projeto que congrega forças reais que visam a manutenção do privilégio absoluto com base na reprodução das desigualdades e do esbulho da maioria.

Urnas, Deus e carteira

Na batalha eleitoral, três tensões se apresentam com clareza: a disputa pela legitimidade das eleições, o peso do eleitorado evangélico, o futuro da economia. A estratégia bolsonarista de lançar suspeição e descrédito sobre o processo eleitoral, assim como de ameaça velada de golpe, perdeu gás nas últimas semanas. Subir o tom do confronto poderia conduzir a uma desconfiança das urnas traduzida em desmobilização à direita, o que prejudicaria a estratégia de dramatização no dia seguinte ao pleito. Mas a ameaça persiste e o foco nos direitos democráticos mobiliza um amplo campo anti-bolsonaro. Também por isto, mais do que o regresso de Lula, as eleições transformaram-se num plebiscito à continuação de Bolsonaro e à sua marcha pelo fechamento democrático.

Apertado pelas sondagens, que o colocam a quase 20 pontos percentuais de Lula, Bolsonaro gizou o derradeiro apelo aos céus. A disputa pelos votos dos 65 milhões de eleitores evangélicos é central na campanha do atual presidente, lançando mão aos velhos instrumentos do ódio e notícias falsas nas redes sociais. As igrejas evangélicas neopentecostais transformaram-se num movimento ultraconservador apoiado numa teologia da prosperidade individual, onde o elogio à opulência e a defesa da guerra espiritual "contra os demónios" que provocam os problemas sociais marcam o tom. Bolsonaro tem 49% das intenções de voto neste segmento, contra 32% de Lula, que responde com uma campanha direcionada a estes eleitores, lembrando ter sido o seu governo o responsável pela lei da liberdade religiosa no país. Um gesto que não é inédito, uma vez que o PT procurou sempre o apoio das principais igrejas evangélicas em eleições passadas.

Se Bolsonaro apela ao divino, Lula tenta lembrar a carteira. A profunda crise económica e social em que mergulhou o Brasil faz com que a principal vantagem da campanha de Lula seja, precisamente, a economia. Expondo o desastre económico de Bolsonaro, a campanha de Lula gira em torno do combate à pobreza e da imagem de conquistas sociais alcançadas pelos governos do PT, numa promessa de regresso ao passado. Lula conquista mais 50% dos votos entre os eleitores que auferem até dois salários mínimos, para além de arrasar Bolsonaro no nordeste, uma das regiões mais pobres do país. Enquanto isso, Bolsonaro espera que o aumento do auxílio emergencial (criado durante a pandemia) e outras medidas de assistência direta possam trazer frutos à sua campanha.

À esquerda, eleger Lula, derrotar o bolsonarismo

A urgência incontornável em derrotar Bolsonaro conduziu as eleições brasileiras a uma bipolarização que esmaga os restantes candidatos. A popularidade de Lula coloca-o como o concorrente praticamente incontestado na disputa, congregando uma complexa rede de alianças, que vai do PSOL até Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo pelo centro-direita (PSDB) e agora candidato a vice-presidente. Esta pressão frentista conduziu a escolhas difíceis, com a desistência da candidatura de Guilherme Boulos (PSOL) ao governo do Estado de São Paulo, e com saídas de peso dos partidos mais à esquerda. Ainda assim, o efeito Lula pode alavancar as candidaturas anti-bolsonaristas aos cargos de governadores e deputados em vários Estados.

Se vencer, Lula formará governo em meio a uma economia esfrangalhada e com as limitações programáticas do PT, apostado apenas numa ideia de nacional desenvolvimentismo que não afronte em demasia os interesses do agronegócio e da alta finança. À esquerda, a força dos movimentos sociais e partidos comprometidos com um programa socialista de transformação social será essencial nos próximos anos. Até lá, a campanha nas ruas para derrotar Bolsonaro juntará forças no Brasil e também em Portugal, onde a comunidade Brasileira é cada vez maior. Eleger Lula, derrotar Bolsonaro e continuar a combater o Bolsonarismo, são as tarefas primordiais para o Brasil sair das trevas em que mergulhou.

Qual foi o objetivo desta guerra de Gaza?

texto de Edo Konrad

Com o anúncio de um cessar-fogo egípcio na noite de domingo, os analistas israelitas têm sido rápidos a saudar a campanha "harmoniosa" do primeiro-ministro interino Yair Lapid e do ministro da defesa Benny Gantz como um sucesso. Depois de deter violentamente Bassam al-Saadi, um líder sénior da fação do movimento Jihad Islâmico na Cisjordânia ocupada, o exército israelita encerrou as comunidades fronteiriças em redor de Gaza durante quase meia semana, em antecipação a um alegado ataque de retaliação. Começou finalmente a lançar ataques aéreos na Faixa de Gaza, aos quais os militantes palestinianos responderam com ataques de foguetes. A escalada deixou 44 palestinianos mortos, incluindo 15 crianças, e mais de 350 feridos.

Lapid e Gantz, que alegadamente lançaram a operação sem o necessário consentimento do gabinete de segurança, ganharam elogios pelo preço relativamente baixo pago pelos israelitas nesta última vaga de violência, bem como pelos ataques rápidos e "pontuais" contra os comandantes-chave da Jihad islâmica dentro da faixa. Para além de uma série de protestos de palestinianos e esquerdistas israelitas por todo o país, o público israelita, que beneficia largamente do status quo de cerco interminável e do domínio colonial, saudou um ataque que parece ter feito pouca diferença no terreno.

No entanto, apesar dos elogios aos líderes de Israel, as histórias que saíam de Gaza, onde dois milhões de palestinianos, muitos deles refugiados Nakba, vivem em condições intoleráveis, eram quase impossíveis de suportar. Foram difundidas imagens de corpos de crianças carbonizadas, edifícios demolidos e centenas de pessoas a fugir das suas casas com os seus bens mais valiosos às costas. Os residentes de Gaza, muitos dos quais ainda se estão a recompor após a última guerra de Israel na Faixa de Gaza, em maio de 2021, terão de enterrar os mortos e tratar os feridos, com um futuro em que a violência é quase garantida.

O assalto de três dias fez eco de outra operação israelita em 2019: o assassinato do comandante da Jihad Islâmica Baha Abu al-Ata, que morreu durante o sono em casa. Na altura, escrevi que o antigo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu tinha iniciado o assassinato como uma "via de fuga dos seus pântanos políticos ou legais". Desta vez, foi Lapid que parecia estar à procura de uma imagem de vitória, talvez numa tentativa de queimar as suas credenciais de linha dura antes das eleições israelitas. O resultado foi uma ofensiva não provocada contra uma população civil cujas vidas são em grande parte ditadas pelos caprichos do aparelho de segurança israelita.

É assim que o establishment militar e político de Israel prefere gerir as coisas. Gaza, em muitos aspetos, tornou-se a versão mais extrema do projecto de "bantustanização" de Israel na Palestina. Em vez de ter de gerir diretamente milhões de palestinianos, a lógica do apartheid israelita exige que os vários enclaves nos territórios ocupados permaneçam de certa forma autónomos, mantendo ao mesmo tempo o poder supremo de controlar e intervir nos seus assuntos no interesse de Israel.

Como resultado, enquanto na Cisjordânia, Israel subcontratou grande parte das suas tarefas de segurança a uma Autoridade Palestiniana enfraquecida e autoritária, em Gaza, um território quase hermeticamente vedado é controlado pelo igualmente autoritário Hamas.

Por mais contraditório que possa parecer, Israel não quer realmente derrotar o Hamas; precisa dele para manter o status quo, frustrando continuamente a possibilidade de unificação palestiniana enquanto impede um grupo ainda mais radical, como a Jihad Islâmica, de tomar o seu lugar. Israel lutará contra estes grupos palestinianos para os manter na linha e o seu sistema de controlo acabará por se manter em vigor.

Mas se for eleito em novembro, é provável que Lapid aprenda a mesma dura lição que os seus antecessores: que cada "vitória" militar em Gaza é pírrica, e que Israel, por toda a sua grandeza, não tem uma estratégia a longo prazo para a faixa que não envolva guerra incessante e derramamento de sangue. Nunca houve, nem nunca haverá, uma solução militar israelita para Gaza; a morte de combatentes e comandantes palestinianos apenas abre a porta a novas gerações de militantes endurecidos prontos a pegar na chama da luta armada.

Mais importante ainda, não há razão para acreditar que um povo inteiro a viver sob a brutalidade de um cerco de 15 anos, e mais de sete décadas de espoliação, decidisse subitamente ceder aos seus senhores coloniais. Qualquer coisa que não seja desmantelar estas estruturas opressivas nada mais é do que um ajuste violento de um perigoso status quo.

A Praia Liberal

A Anticapitalista teve acesso à última reunião da Iniciativa Liberal (IL), com notas da secretária que a transcreveu. Como não somos de guardar segredos, deixamo-la aqui como leitura de verão.

- Caríssimos, vamos dar início ao meeting da IL.

- Meeting? Julguei que era um briefing.

- Isto é um meeting, o briefing foi ontem à tarde.

- Ah, faltei, desculpem. Estava na happy hour...

- Bom, o ponto único é a discussão da nossa proposta de liberalização das praias.

- Fora o socialismo!...

-Ponto 1 da proposta, quem apresenta?

- [o beto da poupa começou] **Posso ser eu... A ideia deste ponto é dar liberdade ao cidadão de escolher o lugar na praia, através de um mecanismo de bilhetes diferenciados. Se quer ficar ao pé do mar paga mais, se preferir ficar lá atrás junto às casas de banho paga menos.**

- A ideia é boa, mas podíamos fazer uma cena mais out of the box...

- E que tal um mercado de futuros? Quem quisesse comprava em fevereiro o lugar na praia para agosto. Era um produto financeiro atrativo, o risco de estar mau tempo é pequeno. *[esta tia de Cascais nunca foi às praias do norte, de certeza.]*

- Genial! Com a quantidade de turistas que temos ainda criávamos uns produtos derivados e púnhamos na bolsa de Nova Iorque.

- Está feito. Vamos ao segundo ponto. Privatização de socorros a náufragos.

- [agora é o miúdo do ipad] **Ora bem, aqui a ideia é criar um serviço tipo Uber. Quando o cidadão se está a afogar, em vez de levantar o braço, chama o nadador-salvador pela aplicação e paga diretamente por ali.**

- É ótimo para acabar com o desperdício socialista de ter um nadador-salvador a receber quando ninguém se afoga!

- E que tal um modelo mais descentralizado? Em vez do nadador-salvador, podia-se contratar alguém que estivesse ali ao lado. Era uma abordagem mais peer-to-peer... *[ainda continuou a dizer umas coisas sobre block chain, que não apanhei.]*

- Gosto. Temos algum ponto sobre protetor solar?

- Julguei que eramos contra as proteções de todo o tipo...

- Posso ler a minha proposta sobre a tarifa dinâmica da bola de Berlim?

[já não os posso ouvir, acho que vou para a praia]

"Trainwreck: Woodstock '99"

Netflix. Minissérie em 3 episódios

No culminar dos anos 90 do século XX, em 1999, passavam 30 anos sobre o marco contracultural que constituiu o célebre festival de Woodstock. Nesses dias efervescentes do verão de 69, a denúncia das consequências sanguinárias do imperialismo ou as ondas de contestação de movimentos sociais, que irrompiam ou que se reinventavam por vários países do mundo, desaguavam, em contexto norte-americano, no repúdio para com a guerra do Vietnam. O Festival de Woodstock foi, nesse contexto, a contranarrativa de uma juventude que se munia de armas críticas e culturais que constituíssem alternativa à lógica das armas e aos senhores da guerra. De Woodstock surgiram os encantos e desencantos, os sonhos e as desilusões, que o confirmaram, apesar de tudo, como um grito generalizado de apelo à transformação.

Este documentário pouco fala do Woodstock de 69, reportando-se antes ao deprimente espetáculo que, 30 anos depois e com o mesmo nome, resultou em incidentes graves e violência generalizada envolvendo centenas de milhares de jovens. O sucedâneo Woodstock 99, tendo adotado o nome do primeiro, acaba por exceder o folclore da alusão, ao ter-se pautado pelo seu exato reverso: a prioridade do lucro e da ganância, materializada na desfaçatez continuada de uma organização irresponsável. Este é um dos motivos (talvez o único) para que este documentário mereça uma boa dose de atenção, justificando o seu interesse: as incidências do festival Woodstock 99 servem-nos, de bandeja, as graves consequências de um processo de maximização de lucros num evento de massas, secundarizando a arte, a cultura e o bem-estar. Trata-se da quase inversão do Woodstock original, numa distopia bem reconhecível na lógica cultural (e política, e social) vigente(s).

Hugo Monteiro

Almudena Grandes

- Os doentes do Doutor Garcia, Porto Editora, 2020
- A Mãe de Frankenstein, Porto Editora, 2022

Trata-se de dois romances, recentemente traduzidos para português, de uma das grandes romancistas contemporâneas do Estado Espanhol. Almudena Grandes, desaparecida em 2021, ausculta, com penetração histórica e exímia capacidade narrativa, uma sociedade dividida pelo franquismo e manietada pelos interesses, pelos costumes, pela hipocrisia e pelas contradições de uma Espanha contaminada pelo fascismo europeu. Neste sentido, tanto os retratos da sociedade quanto a densidade das suas personagens, cuja trama se encontra fortemente associada ao seu contexto histórico e político, enredam-se num panorama moral e valorativo onde a comparação com o Estado Novo, no país vizinho, se torna inevitável para o leitor ou leitora português/a.

Em Os doentes do Doutor Garcia estão em primeiro plano as aventuras e desventuras de um jovem médico, republicano e resistente ao status quo, no seu núcleo de relações e respetivas missões históricas, desde a escalada da Guerra Civil ao imediato Pós-Guerra, com a esperança gorada na queda de Franco face ao desenlace da vitória Aliada sobre os nazis. Trata-se de uma obra de espionagem e contra-espionagem, em diálogo permanente com o tempo histórico e seus/ suas protagonistas.

A mãe de Frankenstein, por sua vez, tem um plano de ação mais circunscrito, permitindo, pela mesma configuração narrativa, observar o fechamento do regime a partir de uma instituição psiquiátrica, onde o mistério sinistro de uma determinada doente permite caracterizar a sociedade que a enquadra. Nela gravita e combate o psiquiatra German Velázquez, a quem se associa uma série de personagens que espelham ou denunciam uma realidade institucional conservadora e sombria.

Dois romances de uma enorme romancista, que fornecem uma perspetiva mais abrangente (Os doentes do Doutor Garcia) ou mais circunscrita (A mãe de Frankenstein) de um período histórico pesado, com um magnetismo e uma arte de narrar que prende a leitura do princípio ao fim.

Hugo Monteiro

dossiê

#53 SÉRIE II SETEMBRO 2022

Inflação

Quem perde - e quem lucra - com a inflação?

texto de Vicente Ferreira

Ao longo dos últimos meses, o aumento dos preços tem-se feito sentir em vários domínios da nossa vida, dos bens alimentares à eletricidade e ao gás, passando pelos combustíveis e por muitos outros produtos de consumo habitual. O regresso da inflação a valores que já não se registavam há vários anos tem-se feito sentir na maioria das carteiras. Mas apesar das dificuldades acrescidas, a inflação não é uma má notícia para todos.

Quem perde

Não é difícil identificar os grupos que mais perdem com a escalada dos preços: a grande maioria dos trabalhadores e pensionistas, cujos rendimentos não aumentaram na mesma proporção do nível geral de preços. Para estes grupos, o aumento dos preços traduz-se numa redução acentuada do seu poder de compra. Portugal é um dos países da OCDE em que os salários mais perderão com a inflação prevista para este ano em termos reais (isto é, tendo em conta a variação do nível de preços).

Apesar desta tendência, em Portugal, o governo rejeitou aumentar os salários do setor público (que servem também de referência para os aumentos no setor privado). A justificação dada foi a de que um aumento extraordinário dos salários iria sobrecarregar as empresas, que seriam obrigadas a repercuti-lo nos preços que cobram de forma a preservar as suas margens de lucro. O ministro das Finanças, Fernando Medina, disse mesmo que uma eventual subida dos salários seria uma política "ilusória", já que o resultado seria um aumento dos preços na mesma proporção. Daí que o PS, juntamente com a Iniciativa Liberal, tenha chumbado no Parlamento a proposta do Bloco para o Estado promover aumentos salariais em linha com a inflação que se espera para este ano.

No entanto, se olharmos para a evolução dos salários negociados na Zona Euro, percebe-se que estes têm estado relativamente estagnados nos últimos tempos e que não acompanham a escalada dos preços. A inflação, que tem estado sobretudo concentrada nos setores da energia e dos bens alimentares, não está a ser provocada pelos salários.

E quem lucra

Nem todos perdem com a subida dos preços. Na verdade, os estudos empíricos que têm sido realizados para perceber a origem da inflação identificam um denominador comum: os lucros das empresas (sobretudo as maiores). Um estudo do Economic Policy Institute sobre a inflação na economia norte-americana entre o início da pandemia e o final do ano passado (antes da guerra) confirma que a expansão dos lucros tem sido a principal responsável pela escalada dos preços. O mesmo acontece na Zona Euro: Isabel Schnabel, do conselho executivo do Banco Central Europeu, notou recentemente que "os lucros unitários têm crescido a um ritmo sem precedentes" e têm sido "um fator-chave para a inflação". Há pelo menos três setores em que a inflação tem sido acompanhada por um aumento significativo dos lucros: a energia, a grande distribuição e a banca.

O caso mais evidente é o do setor da energia. A escalada dos preços dos produtos energéticos – com destaque para o petróleo e para o gás natural – tem sido a principal origem da inflação. A pandemia e, mais recentemente, a guerra causaram disrupções na oferta, tanto pela desaceleração da produção como pela incerteza e pelas sanções aprovadas face à invasão russa da Ucrânia. A dependência dos países da União Europeia de combustíveis fósseis importados da Rússia acentuou a sua fragilidade.

Só que há cada vez mais sinais de que as grandes empresas estão a aproveitar o contexto turbulento para aumentar as suas margens de lucro. Os lucros das principais petrolíferas (Shell, BP, Chevron, Exxon Mobil) no início do ano bateram recordes à boleia da subida dos preços do petróleo e das margens de refinação. Em Portugal, a Galp viu os seus lucros aumentar 153% nos primeiros seis meses de 2022 e já aprovou a distri-

buição de 414,6 milhões em dividendos aos acionistas.

Se olharmos para o setor da grande distribuição, a tendência não é muito diferente. Se, por um lado, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia - os dois principais exportadores mundiais de cereais como o trigo – fez disparar os preços nos mercados internacionais, as grandes cadeias de distribuição também estão a registar lucros extraordinários. A Sonae (dona do Continente), por exemplo, teve um aumento de 89% dos lucros no primeiro semestre do ano.

O mesmo se passa no setor bancário, que beneficia ainda da inversão da política monetária do Banco Central Europeu (BCE). Graças ao aumento das taxas de juro, os bancos europeus, que receberam mais de 2 biliões de euros em empréstimos do BCE a taxas negativas para fazer face à crise provocada pela pandemia, poderão depositar o dinheiro nas contas que detêm no banco central, aproveitando os juros mais elevados para obter lucros extraordinários. De acordo com as contas de analistas financeiros, esta operação pode render ao setor bancário entre 4 e 24 mil milhões de euros até 2024. Em Portugal, os lucros dos cinco principais bancos – BCP, BPI, CGD, Novo Banco e Santander – aumentaram 78% nos primeiros seis meses do ano, face ao mesmo período do ano passado. Ao mesmo tempo, as comissões bancárias voltaram a subir: ao todo, os cinco bancos cobraram 1222 milhões de euros aos clientes no primeiro semestre de 2022.

O liberalismo funciona… para o 1% do topo

Face aos lucros extraordinários, os liberais (quem mais?) decidiram sair em defesa das grandes empresas. O Instituto +Liberdade publicou um gráfico em que compara o aumento nominal dos lucros registado nos setores da energia, retalho e banca (perto de 900 milhões de euros) com o aumento total das receitas do Estado (5262 milhões) no 1º semestre do ano, procurando mostrar que quem estaria realmente a ganhar com a inflação era o Estado.

Para o fazer, não só omitiram a escala como procuraram encobrir a diferença de comportamento dos agentes. É que o aumento da receita pública nos primeiros seis meses de 2022 foi de 30% e não resultou de nenhum aumento de impostos (alguns, como o ISP, até foram reduzidos), mas sim do efeito da inflação na receita total obtida, já que a subida dos preços dos bens e serviços faz aumentar automaticamente a receita associada a impostos indiretos como o IVA. No caso das grandes empresas, os aumentos registados foram muito superiores (chegando aos 150%, no caso da Galp) e estiverem associados a uma subida acentuada dos preços que estas cobram aos consumidores, fruto do poder de mercado que lhes permite aproveitar períodos de crise para aumentar as margens.

A inflação é um problema distributivo, que a maioria absoluta do PS escolheu tratar com recurso à receita liberal, deixando mercado atuar sem uma intervenção séria e abrangente por parte do Estado. Os resultados estão à vista: enquanto a maioria das pessoas vê o seu poder de compra cair acentuadamente, os lucros das grandes empresas mantêm-se intocados.

A resposta da esquerda passa por dois tipos de medidas: as de curto prazo, que têm como objetivo alterar a repartição dos custos da inflação entre os diferentes grupos, e as de médio/longo prazo, que atuam sobre as condições estruturais da economia. No curto prazo, a tributação dos lucros extraordinários permite travar o aproveitamento da crise por parte das grandes empresas e desencorajar a prática de preços especulativos. A medida, que já foi aprovada em vários países europeus, pode ser combinada com a regulação de preços e/ou margens, como já aconteceu em Portugal quando o governo limitou as margens de lucro na venda de máscaras ou álcool-gel. Além disso, é preciso garantir uma aplicação mais justa das receitas públicas para proteger o poder de compra de trabalhadores e pensionistas por via salarial.

A médio/longo prazo, a crise dos preços da energia só confirma a necessidade de um plano de investimentos nos transportes coletivos, na produção de renováveis e na promoção da eficiência energética dos edifícios, com dois objetivos principais: reorientar as atividades económicas em linha com o combate às alterações climáticas e eliminar o consumo de combustíveis fósseis que são maioritariamente importados, o que ajudaria a melhorar o saldo da balança de pagamentos do país. Para resolver problemas estruturais, uma política económica progressista tem de atuar na raiz do problema.

Erosão dos salários reais: inflação e escolhas políticas

texto de Madalena Figueira

Depois de um longo período deflacionista, as economias passaram a ser confrontadas com uma forte pressão inflaccionista, essencialmente movida pelos preços da energia e das matérias-primas. Portugal não é exceção e apresenta níveis de inflação que não se verificavam desde 1992.

Os últimos dados do Eurostat mostram que em julho Portugal apresentava um nível de inflação anual de 9,4%, estando entre a média da Zona Euro (8,6%) e da União Europeia (9,8%). Utilizam o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), que se distingue do IPC por incluir as despesas realizadas por não-residentes, permitindo comparar a realidade de diferentes países.

A agenda mediática e o debate institucional têm sido marcados pelo combate à inflação quase como agenda categórica. Prova disso mesmo foi a alteração da política monetária do BCE. No entanto, é necessário salientar a dimensão classista desta discussão. A variação do nível generalizado dos preços tem um efeito profundamente redistributivo e qualquer atuação política tem que o ter em consideração.

Primeiro, a variação do preço dos bens não é homogénea, nem o são os padrões de consumo de todos os grupos sociais. O INE apontou recentemente que as categorias que mais contribuem para o nível elevado de inflação em Portugal são: habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis (16,6%), hotéis e restaurantes (14,8%), bens alimentares e bebidas não alcoólicas (13,9%) e transportes (12,8%).

Simultaneamente, baseando-se no último Inquérito às Despesas das Famílias de 2015/16 do INE, um estudo de abril analisou o peso que despesas essenciais assumem nos rendimentos dos diferentes agregados familiares. As conclusões são relativamente intuitivas, mas vale a pena sublinhar a sua escala: enquanto os produtos alimentares representam 19,2% da despesa das famílias mais pobres, para as mais ricas representam 11%; já as rendas da habitação pesam 6,9 vezes mais para as primeiras, e a eletricidade e gás 1,6 vezes.

Segundo, os agentes económicos auferem tipos de rendimento distintos (salários, lucros, juros e rendas) aos quais estão associados poderes diferentes nas relações sociais, determinando a sua capacidade de ajustamento. Será mais fácil a um senhorio subir a renda que cobra aos seus inquilinos do que um trabalhador ver o seu salário renegociado. As notícias têm mostrado isso mesmo.

As rendas em Lisboa registaram o maior aumento trimestral desde 2017, subindo 4,9% face ao período anterior. As empresas do setor energético e a banca registaram lucros extraordinários. A Galp, EDP Renováveis, REN e EDP aumentaram em média os seus lucros em 50% face ao ano passado, com a Galp a registar 153%. Já a banca lucrou mais 75% no primeiro semestre, com especial destaque para o BCP com um aumento de 500% e o Santander Totta de 200%.

A remuneração do trabalho viu um trajeto completamente diferente. Os últimos dados do INE mostram que a remuneração bruta mensal média por trabalhador, apesar de ter aumentado 3,1% nominalmente, diminuiu 4,6% em termos reais devido à inflação. Esta tendência de decréscimo real verifica-se desde o verão do ano passado. Em junho, o jornal Dinheiro Vivo alertava para Portugal ser dos países da Zona Euro (e mesmo da OCDE) em que os salários reais mais se degradavam, apontando para a sua tímida atualização.

Os dados do INE desagregados mostram comportamentos diferentes entre os setores. O energético viu a maior progressão salarial no mês de junho (21,2%), seguido de atividades de consultoria, científicas e técnicas. Já as áreas da administração pública (1,4%), defesa, saúde e apoio social tiveram as variações mais modestas. Desde 2010 que as carreiras da administração pública estão congeladas, tendo sido apenas atualizadas em 2020 e novamente em 2022. Estas têm um caráter excecional por muitas vezes servirem de referência nos processos de negociação do setor privado.

A perda do poder compra dá-se então nestas duas frentes: um retrocesso nos salários reais e, para as classes mais vulneráveis, pelo encarecimento do seu estilo de consumo. Os exemplos acima referidos indiciam que estamos perante uma transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

O peso ajustado dos salários em percentagem do PIB (adjusted wage share) é uma variável que ajuda a quantificar a fatia da riqueza produzida atribuída ao trabalho. Esta é um rácio entre as compensações nominais por trabalhador e o PIB nominal por trabalhor. Para garantir que se mantém (pelo menos) constante, a valorização dos salários nominais tem que ser o somatório da inflação com a variação na produtividade.

Recorrendo à previsão do governo no OE 2022 de uma produtividade de 3,5%, estima-se que a variação no PIB por trabalhador foi de 11,5% em julho (somando uma inflação, medida pelo IPC, de 8%). Sabendo que o nível de compensação por trabalhador foi apenas de 3,1%, era necessário uma valorização de mais 8,4% para que o trabalho não tivesse perdido peso no produto nacional. Assim, o valor da transferência de rendimentos para o capital foi de 7,5%, a maior no século XXI.

A história da democracia Portuguesa foi marcada por períodos de elevada inflação serem acompanhados por uma deterioração da parte dos salários no rendimento, exatamente por os salários nominais não acompanharem.

A argumentação contra o aumento dos salários tem barbas longas: o aumento dos custos de produção das empresas é repercutido nos preços finais, desencadeando uma espiral inflacionista. No entanto, tem grandes limitações. Maiores custos podem não se traduzir num aumento dos preços por ser custoso à operacionalidade das empresas alterarem os preços praticados (os chamados custos de menu). Depois, podem não ter poder de mercado para influencir o preço. Para além disso, dependendo da sua estrutura interna de custos, e das opções que façam, as empresas podem conseguir absorver esse aumento. Estes, e outros fatores, fazem com que a relação de causalidade entre aumentos salariais e aumento do nível de preços não seja comprovada empiricamente. Mais, os governos podem fixar as margens de lucro das empresas, de forma a garantir que não aumentam os preços, e devem ao mesmo tempo proteger os salários. Para além de um custo, são também um rendimento, capazes de estimular a economia.

Para além da sua degradação nestes períodos, existe um problema estrutural de baixas remunerações médias em Portugal. Embora a direita se concentre na ideia apelativa de cortar impostos às empresas para fomentar o crescimento, o que ajuda a perceber este fenómeno (e a combatê-lo) é a mudança nas relações laborais que se deu nas últimas décadas.

Por um lado, os níveis de organização coletiva caíram significativamente - no final da década de 70, mais de 60% dos trabalhadores estavam organizados em sindicados e em 2016 eram pouco mais de 15%. Por outro, houve um florescimento do trabalho precário em Portugal, sendo dos países da UE com maior preponderância deste tipo de contratos. Estes são pior pagos do que contratos permanentes e a diferença salarial é ainda mais acentuada em países com uma normalização de trabalho precário. Na mesma linha, um estudo do FMI de 2018 mostra uma relação entre medidas de desregularização do mercado laboral e uma diminuição do peso dos salários no PIB.

A inflação traz perdedores e ganhadores. O combate à escalada de preços tem que ser sensível a tal. A erosão dos salários reais é travada no imediato com a atualização das remunerações e no longo prazo com a reversão das medidas da Troika em matéria laboral.

A inflação é política

texto de João Bernardo Narciso

A inflação é dos fenómenos económicos mais diretamente identificáveis. Em qualquer ida ao supermercado ou a um posto de combustível a sua presença é óbvia e direta. Paradoxalmente, inflação é apresentada como um assunto complexo, cuja compreensão é restrita à esfera dos iluminados especialistas da economia, fazedores de política monetária dos bancos centrais. A política e a disputa social são à partida excluídas da equação.

Mas as políticas de combate à inflação têm vencedores e perdedores. Historicamente, o pretexto da inflação tem servido para impor programas altamente ideológicos de austeridade, corte de despesas sociais, e repressão dos direitos do trabalho. O modelo histórico é o dos Estados Unidos, que após um período de estagnação económica e inflação, embarcou numa recessão planeada através de num aumento galopante dos juros que ficou conhecido como "choque de Volcker", nome do presidente da Reserva Federal Americana à época. Este plano baseia-se no modelo económico da "curva de Phillips", peça chave no pensamento hegemónico sobre a inflação, e que descreve uma relação inversa entre inflação e níveis de desemprego numa sociedade. A inflação baixou, mas esta política causou uma deterioração dramática nas condições de vida de milhões de trabalhadores, elevando o desemprego para máximos desde a Grande Depressão e reduzindo o poder negocial do trabalho. Deu-se o pontapé de saída para uma vaga de financeirização da economia, com a renovada dificuldade de acesso a crédito para atividades produtivas e a ampliada rentabilidade dos mercados financeiros. Esta política desencadeou também uma crise de dívida internacional, em particular na América Latina, mas também em Portugal, que obrigou a resgates por parte do FMI em troca de reformas neoliberais como privatizações e cortes em gastos sociais e de saúde. Quem vivia dos frutos do seu trabalho perdeu, e o poder reivindicativo dos trabalhadores ficou até hoje ferido.

Também hoje, serão as decisões dos governos e dos bancos centrais, em forma de política económica e monetária, que definirão quem ganhará e quem perderá com esta crise. Até agora, temos assistido à desvalorização real dos salários e a aumentos inéditos dos lucros das grandes empresas em setores como a energia, o retalho e a banca. Mas mesmo condicionados a uma política monetária do Banco Central Europeu que é independente dos interesses de quem trabalha, existem ferramentas alternativas que podem ser utilizadas mesmo a nível nacional para combater as desigualdades causadas pela inflação e intervir nomeadamente do lado da oferta.

A atualização dos salários, pelo menos ao nível da inflação, é urgente para combater o empobrecimento, garantir o poder de compra de quem trabalha e impedir um ainda maior desequilíbrio a favor do capital em relação ao trabalho. A história não sustenta a lógica da "espiral de preços", um espantalho frequentemente agitado por opositores ao aumento dos salários e já desmontado numa anterior edição desta revista. Outra importante medida é a da tributação dos lucros extraordinários, como a que foi recentemente anunciada no Estado Espanhol e que incidirá sobre os lucros da banca e do setor do gás e do petróleo e que financiará importantes transferências sociais. Finalmente, o controlo dos preços, por exemplo através de mecanismos como tetos máximos ou margens de exploração, é uma ferramenta de controlo de inflação que ajuda a combater a especulação e a garantir o acesso a bens essenciais como a eletricidade e a habitação que doutra forma se tornariam inacessíveis aos setores mais vulneráveis da população.

Finalmente, é necessário aumentar os níveis de investimento público e garantir que setores tão essenciais para a sociedade, como a energia e a banca, são guiadas pelo interesse das pessoas. Como seria se, em vez de termos a EDP, a REN e a GALP privatizadas e a gerar dividendos milionários a fundos internacionais, as tivéssemos públicas e a responder aos desafios da crise climática, reinvestindo os lucros numa transição justa que garanta o futuro do planeta e que não deixa ninguém para trás? Como seria se tivéssemos uma banca pública forte e realmente orientada para o serviço público, que cumprisse bem o seu papel e que promovesse uma economia justa, produtiva, sustentável e menos vulnerável a choques externos?

A este leque de políticas públicas podiam somar-se muitas outras. Muitas delas estão a ser aplicadas um pouco por todo o mundo, por pressão de uma classe trabalhadora, que já não acredita numa retórica economicista que de independente não tem nada e que não já não tolera mais perder por falta de comparência.